

A CATEGORIA DIZ NÃO!

Trabalhadores rejeitam proposta vergonhosa feita pela Copasa

A resposta dos trabalhadores nas assembleias em todo o Estado foi um sonoro **NÃO!** à proposta da Copasa para o Acordo Coletivo. É inadmissível que a empresa apresente apenas um reajuste de 6,3% do INPC sobre os salários e os benefícios, desconsiderando necessidades prementes como o PCCS, que foi motivo de promessa do próprio presidente da Copasa, Ricardo Simões, quando assumiu o cargo.

Precisamos urgente de reposição de vagas dentro da empresa, revisão do piso salarial, atendimento aos leituristas, correção dos desvios de função, solução dos problemas de condução de veículos, plano de saúde, acertos de insalubridade e periculosidade, correção do tíquete e cesta básica pelo IPCA (como foi no ano passado) e respostas às demais reivindicações estabelecidas pelos trabalhadores na pauta encaminhada à Copasa. Outras pendências grotescas continuam sem solução, principalmente os graves prejuízos jogados nas costas dos trabalhadores por causa das condições da GADVI.

Os trabalhadores mostraram sua indignação nas assembleias, acusando, inclusive, que se sentiram enganados por não ter a Copasa cumprido as pendências do Acordo Coletivo



2010, sobretudo a regulamentação do auxílio-doença, para que todos não fossem prejudicados no momento da migração do plano da Previdências. Todos pagaram caro pela mudança e a Copasa ainda não honrou seu compromisso de manter as condições do auxílio doença do plano Benefício Definido (BD).

A categoria rejeitou a proposta da empresa e orientou o sindicato que busque o retorno imediato à mesa de negociações e que se empenhe por uma resposta mais respeitosa e justa. Todos afiançaram a total disposição de luta, prontos para uma intensa mobilização em defesa de condições mais estruturadas de trabalho e de progressão na carreira dentro da Copasa.

E O RESTO DAS REIVINDICAÇÕES?!

PCCS é essencial para revitalizar a Copasa

Contradições da Copasa com um lucro que dizem “só no papel”, mas que paga fortuna aos acionistas

1- Uma administração de alto custo e uma massa de trabalhadores sob pressão -

Há alguns anos foi propalada pela direção da Copasa uma eventual política para diminuir a abissal distância entre os altos e baixos salários. Essa suposta intenção, no entanto, foi por água abaixo.

O custo da alta administração e gestão explodiu. Saltou de cerca de R\$ 5 milhões anuais para aproximados R\$ 6,5 milhões, elevação de 32%, situação autorizada em ata do Conselho de Administração da Copasa. Na média e baixa hierarquia é só sofrimento, com excesso de trabalho, falta de mão de obra e nenhuma perspectiva de crescimento profissional.

capacidade instalada e não justifica terceirizar para aumentar a vazão. Não podemos permitir o sucateamento da empresa, que se aprofunda com a entrega de atividades-fim para terceiros. O serviço essencial não pode sofrer esta privatização disfarçada, que fere a Constituição Mineira, que foi modificada pela PEC 50 e que exige consulta à população por plebiscito e quórum qualificado de 2/3 dos deputados estaduais para autorizar uma medida deste porte.

4- PCCS é garantia para moralizar administração de serviço público e essencial -

Hoje temos dentro da Copasa um estilo administrativo que pulveriza um monte de “copasi-nhas”. Cada gerente administra sua base do seu próprio jeito. Não há uma padronização administrativa e cada gerente age de acordo com sua vontade, para cumprir as exigências que a alta direção faz, para obter resultado cortando custos e tendo todo tipo de precariedades e dificuldades materiais e de pessoal. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) está atrasado há, pelo menos, 10 anos. Foi prometido quando os trabalhadores aceitaram extinguir a promoção horizontal, acabando com as “letrinhas” que garantiam reajustes reais de salários de, no mínimo, 1% ao ano; reduzindo o anuênio de 2% para 1% e tacando um limite para o acúmulo desse direito. Na época, os trabalhadores aceitaram sua parte de sacrifício, mas empresa não honrou seu compromisso. Ficamos até hoje sem o PCCS. Com a promessa de Ricardo Simões quando assumiu a presidência, o plano de cargos se transformou na maior expectativa da categoria.

2- Distribuição de dividendos acionistas e PL

Ano	Acionistas	Pgto
PL		
2009	R\$ 172,4 mi	R\$ 34,5 mi
2010	R\$ 224,2 mi	R\$ 27,5 mi

3- Sucateamento da empresa e privatização “branca” -

A Copasa anuncia um contrato de PPP (Parceria Público-Privada) para entregar o sistema Rio Manso. Apesar de prevista em lei, entendemos que PPP não se aplica a setor de saneamento, sendo mais apropriada para parceria em construção de estradas, aeroportos e outros. Não se pode admitir PPP em educação, saúde, saneamento e atividades definidas constitucionalmente como obrigação e responsabilidade do Estado.

A PPP no Rio Manso é irregular e desnecessária. O sistema não trabalha com sua plena